

Aspe: acordo com os bancos "alivia mas não resolve" crise mexicana

por Getulio Bittencourt
de Cancun

O Ministério da Fazenda do México entregou ontem os termos do acordo com os bancos comerciais ao Congresso Nacional. Ao fazer o anúncio na reunião reservada dos ministros da Fazenda da América Latina, Caribe, Espanha e Filipinas, o mexicano Pedro Aspe fez uma descrição dramática a seus colegas: "A negociação de meu país com os bancos", disse o ministro, "foi desagradável, tensa e às vezes violenta".

O documento entregue ao Congresso, mas ainda não divulgado ao público, é um resumo das negociações em 140 páginas. "Antigamente", disse o principal negociador mexicano, José Angel Guria, "os resumos desses acordos tinham 10 páginas, e os contratos, 150 páginas. Agora o resumo tem 140 páginas, e o contrato, mais de mil."

Pedro Aspe disse aos ministros que o México tinha quatro grandes objetivos na renegociação de sua dívida de US\$ 52 bilhões com os bancos comerciais. Eram a redução da dívida, a redução das transferências líquidas ao exterior, a redução da proporção da dívida em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e a retomada do desenvolvimento econômico.

O resultado das lentas e minuciosas negociações é um acordo importante, acrescentou o ministro mexicano, que "alivia mas não resolve" o problema da dívida. Ele entende que a solução da crise econômica de seu país passa pela continuidade do ajuste fiscal e do programa de privatização, que ontem alcançou o serviço de telefones.

CONCESSÃO

A rigor dois novos fatos sobre o acordo com os bancos foram revelados ontem. Aspe contou que os mexicanos são autorizados pelo acordo a recomprar diretamente seus títulos no mercado secundário, beneficiando-se do desconto com que são negociados (atualmente em torno de 55%). Os bancos sempre proibiram essa ação direta dos países devedores ao mercado secundário. Essa é a primeira concessão que fazem nesse sentido.

A cláusula de recaptura

dos descontos também foi modificada em relação às versões iniciais. Por ela, a partir de 1996 os bancos comerciais podem recuperar o desconto que concedem na redução da taxa de juro (que numa das opções fica fixa em 6,25%), desde que o preço do petróleo ultrapasse US\$ 14 por barril.

Um terço do valor que supere os US\$ 14 será então pago aos bancos, até o limite de 3%. O raciocínio por trás desses termos, e da data de 1996, daqui a sete anos, é místico: o de que a cada sete anos de bonança seguem-se "sete anos de vacas magras".

As três opções básicas são as mesmas divulgadas no final de julho. Os bancos podem optar pelo empréstimo de dinheiro novo; pela troca de dívida antiga por um novo bônus, com desconto de 35% no principal e garantia colateral de um cupom zero do Tesouro dos Estados Unidos; e a troca da dívida antiga por um novo bônus de igual valor nominal, mas taxa de juro fixa de 6,25% e garantia de cupom zero.

EXPECTATIVA

Angel Guria disse na reunião de ministros que seu governo espera que os bancos optem majoritariamente, 60%, pela redução dos juros, 20% pela redução do principal e 20% por dinheiro novo. Mas ele destacou que um importante fato novo pode alterar essa expectativa.

Os reguladores bancários da Inglaterra acabam de baixar normas que penalizam a concessão de dinheiro novo e de redução de juros aos países em desenvolvimento pelos bancos britânicos. A medida tende a alterar as projeções iniciais, e se for seguida por reguladores de outros países credores, pode alterar significativamente a distribuição esperada dos bancos comerciais.

Tanto Guria como o ministro Aspe afirmaram a seus colegas que mais importante que o acordo em si, para o México, foram seus efeitos na economia. Embora sem dar números detalhados, eles lembraram que o capital mexicano no exterior começou a retornar, que as taxas de juro internas baixaram e que há uma retomada nos investimentos.